

Município de - Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	20.487.593	19.511.993	0,006%	20.755.110	18.825.497	0,006%	21.242.318	18.437.712	0,006%
Receitas Primárias (I)	17.760.609	16.914.866	0,005%	17.891.584	16.228.194	0,005%	18.249.729	15.840.232	0,005%
Despesa Total	19.493.109	18.564.865	0,006%	21.296.985	19.316.993	0,006%	23.481.910	20.381.612	0,007%
Despesas Primárias (II)	15.342.290	14.611.705	0,004%	16.875.988	15.307.019	0,005%	18.807.424	16.324.295	0,005%
Resultado Primário (I - II)	2.418.319	2.303.161	0,001%	1.015.595	921.175	0,000%	(557.695)	(484.063)	0,000%
Resultado Nominal	(560.979)	(534.266)	0,000%	(124.790)	(113.188)	0,000%	120.601	104.678	0,000%
Dívida Pública Consolidada	(52.500)	(50.000)	0,000%	(120.540)	(109.333)	0,000%	(207.265)	(179.900)	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(1.483.437)	(1.412.797)	0,000%	(1.608.227)	(1.458.710)	0,000%	(1.487.626)	(1.291.216)	0,000%

Fonte: Contabilidade

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subseqüentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.


Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios e os valores reestimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento da população e do movimento econômico, crescimento real das receitas transferidas, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito do crescimento vegetativo da folha salarial e de eventual aumento salarial, acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Esses percentuais contemplam a expectativa de inflação e a projeção de crescimento real esperado das receitas municipais. As projeções de inflação e de crescimento do PIB seguem as perspectivas mensuradas pelo IBGE, conforme consta nos prognósticos do Governo Federal, formalizados no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício de 2019 e disponível para consulta no site www.planejamento.gov.br.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 407/2011. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, utilizada pela união na elaboração de sua LDO para 2020, considerando-se, ainda, a previsão de operações de crédito no futuro e respectivas amortizações.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a posição em 31/12/2018, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2020, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 20.487.592,58.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 20.487.592,58.
 - 9.3 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.


 MILTON BEHREND
 PREFEITO
 MUNICÍPIO DO PLANALTO/RS


 Milton Behrend
 Contador CRC/RS 57.257
 CPF 524.146.391-72

Município de - Santo Antônio do Planalto
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

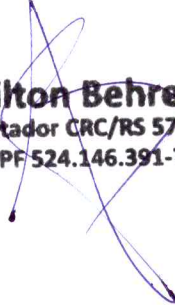
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	5.099.731	4.856.886	0,001%	5.491.203	4.980.683	0,002%	5.888.066	5.110.670	0,002%
Receitas Primárias RPPS (I)	2.599.731	2.475.934	0,001%	2.866.203	2.599.731	0,001%	3.144.941	2.729.717	0,001%
Despesa Total RPPS	1.002.467	954.731	0,000%	1.133.060	1.027.719	0,000%	1.287.011	1.117.088	0,000%
Despesas Primárias RPPS (II)	1.002.467	954.731	0,000%	1.133.060	1.027.719	0,000%	1.287.011	1.117.088	0,000%
Resultado Primário RPPS (I - II)	1.597.263	1.521.203	0,000%	1.733.143	1.572.012	0,000%	1.857.931	1.612.630	0,001%

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento e a avaliação do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).


ÉLIO GILBERTO DE FREITAS
PREFEITO
SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
Contador CRC/RS 57.257
CPF 524.146.391-72

Município de Santo Antônio do Planalto
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)

EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	(a)			(b)			(c)		
Receita Total	15.387.861,86	14.655.106,53	0,00	15.263.907,35	13.844.813,92	0,00	15.354.252,02	13.327.042,30	0,00
Receitas Primárias (I)	15.160.878,11	14.438.931,53	0,00	15.025.380,51	13.628.463,04	0,00	15.104.787,83	13.110.514,67	0,00
Despesa Total	18.490.641,23	17.610.134,50	0,00	20.163.924,42	18.289.273,85	0,00	22.194.899,36	19.264.524,39	0,00
Despesas Primárias (II)	14.339.822,71	13.656.974,01	0,00	15.742.928,10	14.279.299,86	0,00	17.520.413,58	15.207.207,27	0,00
Resultado Primário (I - II)	821.055,40	781.957,52	0,00	- 717.547,59	- 650.836,82	- 0,00	- 2.415.625,75	- 2.096.692,59	- 0,00


Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.


CELSO GILBERTO DE FREITAS
PREFEITO
SANTO ANTONIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
Contador CRC/RS 57.257
CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2020


AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	16.962.977	0,006%	18.301.585	0,006%	1.338.608	7,89%
Receita Primárias (I)	14.996.252	0,005%	16.411.768	0,006%	1.415.516	9,44%
Despesa Total	17.628.636	0,006%	14.938.285	0,005%	(2.690.351)	-15,26%
Despesa Primárias (II)	17.372.543	0,006%	14.724.944	0,005%	(2.647.599)	-15,24%
Resultado Primário (I-II)	(2.376.291)	-0,001%	1.686.825	0,001%	4.063.115	-170,99%
Resultado Nominal	(858.672)	0,000%	(932.649)	0,000%	(73.977)	8,62%
Divida Pública Consolidada	286.374	0,000%	103.390	0,000%	(182.984)	-63,90%
Divida Consolidada Líquida	(2.621.814)	-0,001%	(2.006.277)	-0,001%	615.537	-23,48%

FONTE: Balanço de encerramento do exercício de 2017.


 ELIO GILBERTO DE FREITAS
 PREFEITO
 SANTO ANTONIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
 Contador CRC/RS 57.257
 CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2020


AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	16.962.977	0,006%	18.301.585	0,006%	1.338.608	7,89%
Receita Primárias (I)	14.996.252	0,005%	16.411.768	0,006%	1.415.516	9,44%
Despesa Total	17.628.636	0,006%	14.938.285	0,005%	(2.690.351)	-15,26%
Despesa Primárias (II)	17.372.543	0,006%	14.724.944	0,005%	(2.647.599)	-15,24%
Resultado Primário (I-II)	(2.376.291)	-0,001%	1.686.825	0,001%	4.063.115	-170,99%
Resultado Nominal	(858.672)	0,000%	(932.649)	0,000%	(73.977)	8,62%
Dívida Pública Consolidada	286.374	0,000%	103.390	0,000%	(182.984)	-63,90%
Dívida Consolidada Líquida	(2.621.814)	-0,001%	(2.006.277)	-0,001%	615.537	-23,48%

FONTE: Balanço de encerramento do exercício de 2018.


 ROBERTO DE FREITAS
 PREFEITO
 SANTO ANTONIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
 Contador CRC/RS 57.257
 CPF 524.146.391-72

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2020

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES							Variação %			
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %		2021	Variação %	2022
Receita Total	16.962.977	16.962.977	0,00%	18.124.158	6,85%	20.487.593	13,04%	20.755.110	1,31%	21.242.318	2,35%
Receitas Primárias (I)	14.996.252	14.996.252	0,00%	15.679.308	4,55%	17.760.609	13,27%	17.891.584	0,74%	18.249.729	2,00%
Despesa Total	17.628.636	17.628.636	0,00%	18.124.158	2,81%	19.493.109	7,55%	21.296.985	9,25%	23.481.910	10,26%
Despesas Primárias (II)	17.372.543	17.372.543	0,00%	17.921.158	3,16%	15.342.290	-14,39%	16.875.988	10,00%	18.807.424	11,44%
Resultado Primário (I – II)	(2.376.291)	(2.376.291)	0,00%	(2.241.850)	-5,66%	2.418.319	-207,87%	1.015.595	-77,75%	(557.695)	-154,91%
Resultado Nominal	-	(858.672)	0	-	-100,00%	(560.979)	0	(124.790)	-77,75%	120.601	-196,64%
Dívida Pública Consolidada	-	286.374	0	-	-100,00%	(52.500)	0	(120.540)	129,60%	(207.265)	71,95%
Dívida Consolidada Líquida	-	(2.621.814)	0	-	-100,00%	(1.483.437)	0	(1.608.227)	8,41%	(1.487.626)	-7,50%


ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES							Variação %			
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %		2021	Variação %	2022
Receita Total	18.687.368	17.770.415	-4,91%	18.124.158	1,99%	19.511.993	7,66%	18.825.497	-3,52%	18.437.712	-2,06%
Receitas Primárias (I)	16.520.714	15.710.074	-4,91%	15.679.308	-0,20%	16.914.866	7,88%	16.228.194	-4,06%	15.840.232	-2,39%
Despesa Total	19.420.696	18.467.759	-4,91%	18.124.158	-1,86%	18.564.865	2,43%	19.316.993	4,05%	20.381.612	5,51%
Despesas Primárias (II)	19.138.569	18.199.476	-4,91%	17.921.158	-1,53%	14.611.705	-18,47%	15.307.019	4,76%	16.324.295	6,65%
Resultado Primário (I – II)	(2.617.855)	(2.489.402)	-4,91%	(2.241.850)	-9,94%	2.303.161	-202,73%	921.175	-60,00%	(484.063)	-152,55%
Resultado Nominal	-	(899.545)	-	-	-100,00%	(534.266)	-	(113.188)	-78,81%	104.678	-192,48%
Dívida Pública Consolidada	-	300.005	-	-	-100,00%	(50.000)	-	(109.333)	118,67%	(179.900)	64,54%
Dívida Consolidada Líquida	-	(2.746.612)	-	-	-100,00%	(1.412.797)	-	(1.458.710)	3,25%	(1.291.216)	-11,48%

Fonte: Contabilidade Geral do Município

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2020), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019), bem como para os dois seguintes (2021 e 2022), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2017, 2018 e 2019 foram extraídos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2021 e 2022, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.


MILTON BEHREND
PREFEITO
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO

Milton Behrend
Contador CRC/RS 57.257
CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	9.614.129,33	400,93%	6.942.954,90	72,22%	6.942.954,90	100,00%
Resultado do Exercício	(7.216.196,27)	-300,93%	2.671.174,43	27,78%	-	0,00%
Resultado de Exerc. Anteriores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	2.397.933,06	100,00%	9.614.129,33	100,00%	6.942.954,90	100,00%


CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	20.210.338,84	137,26%	16.750.792,23	82,88%	16.750.792,23	100,00%
Resultado do Exercício	(5.486.358,85)	-37,26%	3.459.546,61	17,12%	-	0,00%
Resultado Exerc. Anterior	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	14.723.979,99	100,00%	20.210.338,84	100,00%	16.750.792,23	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 756/2005, está sobre a gestão do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensão, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2017 a 2018, aponta que o saldo patrimonial reduziu de R\$ 16.750.792,23 em 31.12.2016 para R\$ 14.723.979,99 em 31.12.2018.


 ÉLIO GUBERTO DE FREITAS
 PREFEITO
 SANTO ANTONIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
 Contador CRC/RS 57.257
 CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo V (LRF, art 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	135.900,00	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
TOTAL	-	135.900,00	-


DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	135.900,00	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	135.900,00	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	-	135.900,00	-
SALDO FINANCEIRO	-	-	-

FONTE: Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."


 ELCIO GILBERTO DE FREITAS
 PREFEITO
 SANTO ANTONIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
 Contador CRC/RS 97.257
 CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.347.228,34	2.218.030,54	2.148.588,88
RECEITAS CORRENTES	2.377.277,99	2.288.968,18	2.416.199,81
Receita de Contribuições dos Segurados	452.984,36	535.073,18	620.673,68
Pessoal Civil	452.984,36	535.073,18	620.673,68
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	1.923.250,07	1.753.895,00	1.795.526,13
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	1.043,56	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes	1.043,56	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(30.049,65)	(70.937,64)	(267.610,93)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.789.921,13	1.279.039,71	1.240.793,96
RECEITAS CORRENTES	1.789.921,13	1.279.039,71	1.240.793,96
Receita de Contribuições	1.789.921,13	1.279.039,71	1.240.793,96
Patronal	1.789.921,13	1.279.039,71	1.240.793,96
Pessoal Civil	1.789.921,13	1.279.039,71	1.240.793,96
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	4.137.149,47	3.497.070,25	3.389.382,84

<u>DESPESAS</u>	2016	2017	2018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	755.482,35	888.305,25	1.122.425,57
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	755.482,35	888.305,25	1.122.425,57
Pessoal Civil	653.907,99	838.839,25	1.079.130,87
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	101.574,36	49.466,00	43.294,70
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	101.574,36	49.466,00	43.294,70
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	755.482,35	888.305,25	1.122.425,57

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	3.381.667,12	2.608.765,00	2.266.957,27
--	---------------------	---------------------	---------------------

<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>	2016	2017	2018
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	197.000,00	2.988.532,40	2.826.375,13
BENS E DIREITOS DO RPPS	14.319.805,89	16.997.259,13	19.355.146,32

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2016, 2017 e 2018.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2018.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.


ELIO GILBERTO DE FREITAS
PREFEITO
SANTA ANTÔNIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
Contador CRC/RS 57.257
CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
 Exercício de 2020


AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2019	821.636,98	289.979,56	531.657,42	7.185.438,08
2020	824.810,41	311.135,70	513.674,65	8.130.239,02
2021	834.330,70	374.604,36	459.726,34	9.077.779,71
2022	840.677,56	416.916,76	423.760,80	10.046.207,29
2023	843.850,99	438.072,96	405.778,03	11.054.757,76
2024	869.238,43	607.322,56	261.915,87	11.979.959,10
2025	888.279,01	734.259,76	154.019,25	12.852.775,90
2026	900.972,73	818.884,56	82.088,17	13.706.030,63
2027	913.666,45	903.509,36	10.157,09	14.538.549,56
2028	923.186,74	958.891,96	(35.705,22)	15.375.157,32
2029	932.707,03	1.022.360,56	(89.653,53)	16.208.013,23
2030	948.574,18	1.128.141,56	(179.567,38)	17.000.926,65
2031	954.921,04	1.170.453,96	(215.532,92)	17.805.449,33
2032	964.441,33	1.233.922,56	(269.481,23)	18.604.295,06
2033	965.312,36	1.239.729,40	(274.417,04)	13.446.135,73
2034	974.832,65	1.303.198,00	(328.365,35)	20.284.538,52
2035	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	21.137.297,94
2036	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	22.041.185,85
2037	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	22.999.326,11
2038	974.832,65	1.303.198,00	(328.365,35)	24.050.920,32
2039	971.659,22	1.282.041,80	(310.382,58)	25.183.592,96
2040	968.485,79	1.260.885,60	(292.399,81)	26.402.208,73
2041	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	27.747.889,75
2042	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	29.174.311,64
2043	962.138,93	1.218.573,20	(256.434,27)	30.668.336,06
2044	936.751,49	1.049.323,60	(112.572,11)	32.395.864,12
2045	920.884,34	943.542,60	(22.658,26)	34.316.957,70
2046	914.537,48	901.230,20	13.307,28	36.389.282,45
2047	905.017,19	837.761,60	67.255,59	38.639.894,98
2048	898.670,33	795.449,20	103.221,13	41.061.509,81
2049	895.496,90	774.293,00	121.203,90	43.646.404,30
2050	882.803,18	689.668,20	193.134,98	46.458.323,53
2051	879.629,75	668.512,00	211.117,75	49.456.940,70
2052	873.282,89	626.199,60	247.083,29	52.671.440,43
2053	873.282,89	626.199,60	247.083,29	56.078.810,14
2054	863.762,60	562.731,00	301.031,60	59.744.570,35
2055	876.456,32	647.355,80	229.100,52	63.558.345,09
2056	892.323,47	753.136,80	139.186,67	67.511.032,47
2057	901.843,76	816.605,40	85.238,36	71.646.932,77
2058	914.537,48	901.230,20	13.307,28	75.959.056,02
2059	924.057,77	964.698,80	(40.641,03)	80.475.958,35

2060	933.578,06	1.028.167,40	(94.589,34)	85.209.926,51
2061	949.445,21	1.133.948,40	(184.503,19)	90.138.018,91
2062	949.445,21	1.133.948,40	(184.503,19)	95.361.796,85
2063	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	100.845.053,17
2064	965.312,36	1.239.729,40	(274.417,04)	106.621.339,21
2065	974.832,65	1.303.198,00	(328.365,35)	112.690.254,32
2066	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	119.087.338,69
2067	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	125.868.248,12
2068	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	133.056.012,12
2069	974.832,65	1.303.198,00	(328.365,35)	140.711.007,50
2070	971.659,22	1.282.041,80	(310.382,58)	148.843.285,37
2071	968.485,79	1.260.885,60	(292.399,81)	157.481.482,68
2072	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	166.691.920,14
2073	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	176.454.983,84
2074	965.312,36	1.239.729,40	(274.417,40)	186.767.865,83
2075	971.659,22	1.282.041,80	(310.382,58)	197.663.555,20
2076	955.792,07	1.176.260,80	(220.468,73)	209.302.899,79
2077	949.445,21	1.133.948,40	(184.503,19)	221.676.570,58
2078	939.924,92	1.070.479,80	(130.554,88)	234.846.609,94
2079	933.578,06	1.028.167,40	(94.589,34)	248.842.817,19
2080	930.404,63	1.007.011,20	(76.606,57)	263.696.779,65
2081	917.710,91	922.386,40	(4.675,49)	279.513.910,94
2082	914.537,48	901.230,20	13.307,28	296.298.052,88
2083	908.190,62	858.917,80	49.272,82	314.125.208,87
2084	908.190,62	858.917,80	49.272,82	333.219.894,22
2085	898.670,33	795.449,20	103.221,13	353.106.535,00
2086	911.364,05	880.074,00	31.290,05	374.324.217,15


 ELIO GILBERTO DE FREITAS
 PREFEITO
 SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
 Contador CRC/RS 57.257
 CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	Desconto/PARC. ÚNICA		52.500,00	55.125,00	57.605,63	Vide Obsevação abaixo
			-	-	-	
			-	-	-	
			-	-	-	
TOTAL			52.500,00	55.125,00	57.605,63	-

FONTE: Contabilidade

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2020 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2021 e 2022, foram calculados a partir dos valores de 2018, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2020: 5,00%

Inflação para 2021 4,50%

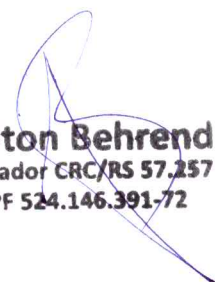
Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2020, a estimativa de renúncia de receita está inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Assim, não se faz necessária a demonstração de outras medidas de compensação.


 ROBERTO DE FREITAS
 PREFEITO
 MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
 Contador CRC/RS 57.257
 CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita	(237.478,56)
Decorrente de Receitas Tributárias	165.829,71
Decorrente de Transferências Correntes	(403.308,26)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(11.434,53)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(248.913,09)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(248.913,09)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	982.595,22
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	934.690,16
Relativas a Outras Despesas Correntes	47.905,06
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2020 considerou-se a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes no biênio 2018-2019.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado em 2020, observado o disposto no art. 17 da LDO.


 ELIO GILBERTO DE FREITAS
 PREFEITO
 SANTO ANTONIO DO PLANALTO/RS


Milton Behrend
 Contador CRC/RS 57.257
 CPF 524.146.391-72

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

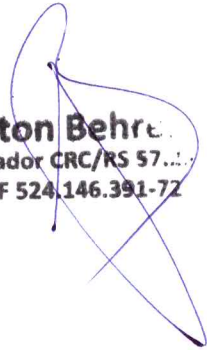
R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	Redução da despesa	100.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes	25.000,00	Intempéries Climáticas	25.000,00
SUBTOTAL	125.000,00	SUBTOTAL	125.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Intempéries Climáticas	25.000,00	Reserva de Contingência	25.000,00
SUBTOTAL	25.000,00	SUBTOTAL	25.000,00
TOTAL	150.000,00	TOTAL	150.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.


 ELIO GILBERTO DE FREITAS
 PREFEITO
 SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO/RS


Milton Behre
 Contador CRC/RS 57...
 CPF 524.146.391-72